

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOB A PERSPECTIVA ONTOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICA DO MATERIALISMO HISTÓRICO

LA PRODUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO DESDE LA PERSPECTIVA ONTOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICA DEL MATERIALISMO HISTÓRICO

PRODUCTION OF KNOWLEDGE FROM THE ONTOLOGICAL-EPISTEMOLOGICAL PERSPECTIVE OF HISTORICAL MATERIALISM

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.38793>

Camila Azevedo Souza¹

Resumo: O artigo evidencia que a produção do conhecimento sob a perspectiva ontológico-epistemológica do materialismo histórico imbrica dialeticamente subjetividade e objetividade. Trata-se de um estudo teórico que é fruto da fundamentação teórico-metodológica de pesquisa articulada ao campo trabalho e educação. O objetivo é explicitar as concepções de homem e sociedade, compreendendo como as categorias de análise se constituem em fios condutores da pesquisa. Além de sintetizar a análise de Michael Löwy sobre classes e conhecimento científico, em conjunto com outras contribuições marxistas, o estudo mobiliza alguns elementos empíricos para demarcar a indissociabilidade entre teoria e realidade concreta.

Palavras-chave: materialismo histórico; ontologia; epistemologia; trabalho e educação.

Resumen: El artículo evidencia que la producción del conocimiento desde la perspectiva ontológico-epistemológica del materialismo histórico enlaza dialécticamente subjetividad y objetividad. Se trata de un estudio teórico que es fruto de la fundamentación teórico-metodológica de una investigación articulada con el campo trabajo y educación. El objetivo es explicitar las concepciones del hombre y la sociedad, comprendiendo cómo las categorías de análisis se constituyen en los hilos conductores de la investigación. Además de sintetizar el análisis de clases y conocimiento científico de Michael Löwy, junto con otras contribuciones marxistas, el estudio moviliza algunos elementos empíricos para demarcar la inseparabilidad entre la teoría y la realidad concreta.

Palabras clave: materialismo histórico; ontología; epistemología; trabajo y educación.

Abstract: The paper highlights that the production of knowledge from the ontological-epistemological perspective of the historical materialism interlaces subjectivity and objectivity dialectically. This theoretical study is the result of the theoretical-methodological foundation of a research articulated to the labor and education field. The goal is to explain the conceptions of man and society, understanding how the analyzed categories are the guiding threads of the research. In addition to synthesizing Michael Löwy's analysis about classes and scientific knowledge, together with other Marxist contributions, the study mobilizes some empirical elements to demarcate the inseparability between theory and concrete reality.

Keywords: historical materialism; ontology; epistemology; labor and education.

Introdução

Este artigo busca evidenciar como a produção do conhecimento alicerçada no materialismo histórico configura uma perspectiva ontológico-epistemológica que imbrica dialeticamente subjetividade e objetividade. Trata-se de um estudo teórico que é fruto da construção dos fundamentos teórico-

metodológicos de pesquisa articulada ao campo de estudos trabalho e educação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

O objetivo é tecer uma síntese sobre as concepções de homem e sociedade à luz do materialismo histórico, compreendendo como as categorias de análise se constituem em fios condutores da pesquisa.

Em que pese tal estudo teórico ser indissociável da investigação da realidade concreta, cabe ressaltar que a apresentação do mergulho empírico realizado pela pesquisa desvirtuaria o escopo de análise deste artigo. Contudo, torna-se imprescindível, como ponto de partida, uma breve contextualização do processo de investigação do qual emergiu a presente análise sobre a perspectiva ontológico-epistemológica do materialismo histórico.

A pesquisa se dedicou à análise do *modus operandi* da empresa internacional de consultoria *McKinsey & Company* na consolidação de vínculos estratégicos com intelectuais orgânicos que protagonizam o movimento contemporâneo de mundialização da educação básica, com destaque para as mediações com as políticas de parceria do organismo Todos pela Educação (TPE), no Brasil, e da associação Empresários pela Inclusão Social (Epis), em Portugal. O processo de investigação, alicerçado no materialismo histórico, consistiu em uma análise documental com base em fontes escritas (publicações institucionais da McKinsey, do TPE e da Epis) e orais (entrevistas semiestruturadas com intelectuais orgânicos da Epis e do TPE).

Compreendendo que os interesses da McKinsey em torno da regressão da educação escolar de direito social a um serviço mercantil revelam uma manifestação emblemática da disputa entre empresas de consultoria, em adesão e/ou tensão com as diferentes frações burguesas, pela venda de serviços e produtos para a educação básica, bem como pela incorporação de determinadas formulações na constante atualização do projeto educativo hegemônico, a relevância da referida pesquisa consistiu em apreender as práticas de consultoria no âmbito da educação básica para além de suas formas imediatas e aparentes, explicitando as relações de hegemonia e os interesses envolvidos como uma manifestação de “um claro-escuro de verdade e engano” do mundo da pseudoconcreticidade, uma vez que o “fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1976, p.15).

Diante desses elementos, a partir da indicação de Frigotto (2009) de pensar com Marx para além de Marx, buscando saturar as categorias de historicidade, explicita-se, a seguir, uma síntese teórica para apreender a perspectiva ontológico-epistemológica do materialismo histórico, cujo eixo central é a análise de Löwy (2013) sobre as relações entre classes e conhecimento científico, o que será adensado com a análise sobre as concepções de homem e sociedade, com base em contribuições clássicas de Marx (2013), Marx e Engels (2005 e 2007), Gramsci (2013), Williams (2011) e Thompson (2001), além de contribuições de outros autores marxistas (CIAVATTA, 2015; DUAYER, 2011; FONTES, 2009; FRIGOTTO, 1993; MARTINS e NEVES, 2015; MARTINS e NEVES, 2013; NETO, 2015).

A perspectiva ontológico-epistemológica do materialismo histórico

Tendo em vista a produção das condições objetivas e subjetivas da própria existência realizadas pelos homens e pelas classes ao longo do processo histórico, o pensador marxista italiano Antonio Gramsci evidencia que os sujeitos singulares são homens-coletivos “conformistas de algum conformismo” que “compartilham um mesmo modo de pensar e de agir” (GRAMSCI, 2013, p.94), o que significa considerar “que o homem torna-se na história”, sendo “sempre uma possibilidade resultante da dialética entre singularidade e coletividade” (MARTINS e NEVES, 2015, p.24).

A contribuição gramsciana que articula compreensão, saber e sentimento-paixão também é importante para apreender a relação dialética entre sujeito e objeto:

[...] O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente”. Os dois extremos são, portanto, por um lado, o pedantismo e o filisteísmo, e, por outro, a paixão cega e o sectarismo. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção de mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. [...] (GRAMSCI, 2013, p.221-222, grifo no original)

Nesse sentido, apreender a relação dialética entre sujeito e objeto na produção do conhecimento permite-nos, nos termos de Löwy (2013, p.23, grifo no original), considerar a verdade objetiva sobre a sociedade “como uma *paisagem* pintada por um artista e não como uma imagem de espelho independente do sujeito”, uma vez que “todo conhecimento e interpretação da realidade social estão ligados, direta ou indiretamente, a uma das grandes *visões sociais de mundo*”.

Essa concepção de visão social de mundo compreende tanto “um conjunto relativamente coerente de ideias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza”, como sua ligação “a certas *posições sociais* [...], isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais”, sendo que uma “mesma visão de mundo pode ter um caráter utópico num dado momento histórico, para tornar-se, em seguida, numa etapa ulterior, uma ideologia”, o que pode ser exemplificado, no âmbito das ciências sociais, com o problema da objetividade científico-social no positivismo, historicismo e marxismo (LÖWY, 2013, p.22, grifo no original).

No âmbito do positivismo, que surgiu “como uma utopia crítico-revolucionária da burguesia absolutista” e tornou-se “uma ideologia conservadora identificada com a ordem (industrial/burguesa) estabelecida” (LÖWY, 2013, p.26), a doutrina da neutralidade axiológica do saber está marcada pela utopia positivista de Nicolas de Condorcet e Conde de Saint-Simon e pela ideologia positivista de Auguste Comte que repercute até os dias atuais.

Contudo, se, por um lado, Auguste Comte “‘inventou’ o termo *sociologia*”, por outro, Émile Durkheim “deve ser considerado o pai da sociologia positivista enquanto disciplina científica” (LÖWY, 2013, p.36, grifo no original), cujo conservadorismo está marcado por um “método positivista que permite

legitimar constantemente, através de argumentos científico-naturais, a ordem (burguesa) estabelecida” (LÖWY, 2013, p.40).

A principal debilidade do positivismo é tal perspectiva da neutralidade axiológica do saber, cujo fundamento central é princípio do barão de Münchhausen:

Na realidade, a “boa vontade” positivista enaltecida por Durkheim e seus discípulos é uma ilusão ou uma mistificação. Liberar-se por um “esforço de objetividade” das pressuposições éticas, sociais ou políticas fundamentais de seu próprio pensamento é uma façanha que faz pensar irresistivelmente na célebre história do Barão de Münchhausen, ou este herói picaresco que consegue, através de um golpe genial, escapar ao pântano onde ele e seu cavalo estavam sendo tragados, ao puxar a si próprio pelos cabelos... Os que pretendem ser sinceramente seres objetivos são simplesmente aqueles nos quais as pressuposições estão mais profundamente enraizadas. [...] (LÖWY, 2013, p.43)

Esse princípio também está presente em Max Weber, tendo em vista sua teoria da neutralidade axiológica das respostas, que pressupõe uma ciência livre de julgamento de valor, apesar de sua teoria da relação com os valores das questões revelar “sua problemática (antipositivista) sobre o papel dos valores no conhecimento” (LÖWY, 2013, p.46). A perspectiva weberiana do “controle científico de si próprio” revela, portanto, a “velha problemática positivista ‘clássica’ da ‘boa vontade’” e as “aventuras do Barão de Münchhausen, capaz de retirar a si mesmo do pântano apoiando-se sobre o seu próprio sistema capital” (LÖWY, 2013, p.57).

Karl Popper, por sua vez, revela sua perspectiva positivista por não distinguir as ciências sociais das ciências naturais e defender uma objetividade institucional caracterizada como um produto do caráter social ou público do método científico, evidenciando, inclusive,

[...] uma metáfora fortemente reveladora: “nós nos livramos do pântano de nossa ignorância puxando-nos pelos cordões de nossas botas” – formulação que corresponde quase palavra por palavra à lenda do Barão de Münchhausen, cuja lógica se encontra no cerne de todo raciocínio positivista [...] (LÖWY, 2013, p.73)

Em relação à corrente historicista, cabe ressaltar que “o historicismo conservador do século XIX se transformou, no final do século, em relativismo”, abrindo “o caminho para a sociologia do conhecimento” de Karl Mannheim (LÖWY, 2013, p.82), que busca “um *fundamento social* para a solução eclética tradicional” (LÖWY, 2013, p.97, grifo no original).

Apesar de “ter seguido de perto o marxismo na definição da sociologia do conhecimento, Mannheim se separou dele em um certo momento, para empreender uma *démarche* relativista-eclética inspirada na tradição historicista”, fundamentando-se no “princípio da carruagem” de Max Weber, que critica a “recusa do marxismo em aplicar-se a si próprio”, para defender a “superioridade metodológica da sociologia do conhecimento sobre o marxismo” (LÖWY, 2013, p.103). Além disso, Mannheim foi abandonando a metáfora *topológica* – “cada classe social se situa em um observatório determinado, mas certos observadores estão *mais elevados* e têm acesso a uma visão mais ampla” (LÖWY, 2013, p.111, grifo no original) – e passou a defender uma abordagem distinta baseada no autocontrole do cientista social, explicitando

uma versão ligeiramente mais sofisticada das velhas receitas positivistas; para superar o “princípio da carruagem”, Mannheim não encontra outra solução senão voltar ao “princípio do Barão de Münchhausen”: o pesquisador científico se livra, arrancando seus próprios cabelos (“autoanálise crítica”), do pântano onde seu cavalo afundou (“as motivações inconscientes-coletivas”). (LÖWY, 2013, p.112)

No âmbito do próprio marxismo, cabe ressaltar o desafio do referido “princípio da carruagem”, visto que, apesar da desconstrução do “discurso pretensamente neutro e objetivo dos economistas e outros cientistas sociais”, colocando de forma pioneira “o problema do condicionamento histórico e social do pensamento”, faltava enfrentar “a questão espinhosa da aplicação do materialismo a si mesmo – esboçada por Marx, mas insuficientemente desenvolvida” (LÖWY, 2013, p.119).

Ao considerar a relação entre ideologia e ciência no conjunto da análise da economia política na obra de Marx, Löwy (2013, p.131, grifo no original) aponta a problemática da autonomia relativa da ciência com base na distinção entre “clássicos” e “vulgares”, evidenciando

[...] um conceito de ideologia que não tem nada a ver com a mentira, a falsificação ou a mistificação: não é a *vontade* de conhecer a verdade por parte dos clássicos que está colocada em questão, mas a *possibilidade* de conhecê-la, a partir de sua problemática e no quadro de seu horizonte de classe. Isso não impede que, *no interior* destes limites, sua busca possa produzir conhecimentos científicos importantes: a ideologia burguesa não implica a *negação* de toda ciência, mas a existência de barreiras que restringem o campo de visibilidade cognitiva.

Nessa direção,

[...] A *démarche* de Marx tem a grande vantagem de evitar os dois recifes onde o marxismo posterior encalhará (bastante frequentemente), com uma vontade e uma obstinação sempre renovadas: o reducionismo sociológico (ou ideológico ou econômico) que não percebeu os confrontos teóricos e científicos senão em termos de interesse de classe, e o positivismo vergonhoso, que pretende dissociar inteiramente o desenvolvimento da ciência social (e o marxismo em particular) da luta de classes e dos conflitos ideológicos. (LÖWY, 2013, p.137-138, grifo no original)

Conforme explicita Löwy (2013, p.138), certos teóricos marxistas caíram na armadilha do “princípio da carruagem”, principalmente pela influência da ideologia positivista, que penetrou, inclusive, a “doutrina do movimento operário socialista à época da Segunda Internacional”, tanto “nas correntes chamadas ‘revisionistas’” como “no seio do próprio ‘marxismo ortodoxo’”.

O positivismo não era somente o apanágio de correntes revisionistas ou ecléticas da Segunda Internacional; ele modelou, em grande medida, a doutrina do próprio “marxismo ortodoxo” e especialmente daquele que era o seu principal representante: Karl Kautsky. [...] o ponto de partida de sua trajetória socialista seria o social-darwinismo [...] Como os positivistas, Kautsky tendia a assimilar natureza e sociedade, pretendendo que as leis da sociedade podiam ser definidas como leis naturais [...] (LÖWY, 2013, p.142)

A corrente da esquerda revolucionária, por sua vez, destacou-se, especificamente com Lenin e Rosa Luxemburgo, por escapar da influência positivista e não levantar o “princípio da carruagem”, proclamando “explicitamente a ligação epistemológica entre o ponto de vista de classe do proletariado e a ciência marxista” (LÖWY, 2013, p.148).

É nessa perspectiva que o marxismo historicista em Lukács, Korsch, Gramsci e Goldman configura “uma corrente metodológica no seio do pensamento marxista que se distingue pela importância central atribuída à historicidade (dialeticamente concebida) dos fatos sociais e pela disposição em *aplicar o*

materialismo a si mesma” (LÖWY, 2013, p.153, grifo no original), cuja solução dialética contribui com o “problema da objetividade científico-social, escapando assim tanto às armadilhas do ‘princípio da carruagem’ como às vertigens do abismo relativista” (LÖWY, 2013, p.174).

No que se refere à contribuição de Goldmann, cabe ressaltar sua compreensão da “consciência possível do proletariado como aquela capaz de atingir, em nossa época, o grau relativamente mais elevado de objetividade e de verdade” (LÖWY, 2013, p.172), o que constitui “uma *aposta* (indemonstrável): a missão histórica do proletariado, sua aspiração a uma revolução que abolirá as classes sociais” (LÖWY, 2013, p.173, grifo no original).

Contudo, ainda no âmbito das correntes do pensamento marxista, cabe destacar os limites do marxismo racionalista da Escola de Frankfurt e da ideologia estalinista.

A principal ênfase do marxismo racionalista da Escola de Frankfurt é a relação entre Teoria Crítica e ponto de vista de classe, cuja dialética negativa baseada em “sua negação irreconciliável da ordem estabelecida e seu antipositivismo apaixonado” (LÖWY, 2013, p.175) culmina na “dissolução” do proletariado tanto em Horkheimer como em Marcuse e Adorno, que pressupõem, respectivamente, uma organização racional da atividade humana, uma perspectiva racionalista de essência humana e uma consciência fundamentada na ordem ética e racional.

Mesmo assim, segundo Löwy (2013, p.201), em que pesem algumas limitações da Escola de Frankfurt, “seu engajamento partidário profundo e autêntico pela revolução” explica o fato dos seus escritos sobressaírem “entre os mais extraordinários monumentos do pensamento crítico do século XX”.

A ideologia estalinista, por sua vez, caracteriza-se pela instrumentalização radical da ciência por um aparelho burocrático totalitário, marcando “uma tendência à sua ‘ideologização’ total e, portanto, à abolição de sua autonomia relativa” (LÖWY, 2013, p.202), cuja “ideia de que as ciências naturais existentes teriam um caráter ‘burguês’” revela um positivismo ao inverso, pois “enquanto o positivismo quer ‘neutralizar’ as ciências sociais e políticas, o estalinismo pretende ‘politizar’ as ciências da natureza” (LÖWY, 2013, p.203).

[...] Evidentemente, o estalinismo é um fato social e político que ultrapassa amplamente a figura de Joseph Vissarianovitch Stalin e seu “culto da personalidade”: trata-se da formação na URSS de uma camada social burocrática, proveniente de proletariado e/ou do movimento operário russo, que se formou como uma categoria separada com interesse e práticas sociais distintas. [...] A doutrina estalinista é a expressão do ponto de vista desta camada burocrática. Como esta não constitui uma classe social, ela não é capaz de criar uma nova visão social de mundo: ela se contenta com a deformação/mascaramento do marxismo e sua transformação em *ideologia* conservadora de um poder, de um sistema social e político estabelecido, da dominação de um *Stand* social privilegiado. [...] (LÖWY, 2013, p.201-202, grifo no original)

Nesse contexto marcado pela perspectiva das duas ciências (“burguesa” e “proletária”), destaca-se, ainda, Althusser, que, apesar de reagir contra esse “delírio ideológico”, não rompeu com o estalinismo, visto que “iria encontrar o ponto de partida de seu questionamento em Stalin”, consolidando uma perspectiva neopositivista: “Ao excluir a ciência de Marx da história da luta de classe, Althusser é, como os

marxistas-positivistas da Segunda Internacional, um exemplo perfeito e uma ilustração típica do ‘princípio da carruagem’” (LÖWY, 2013, p.222).

Portanto, apesar de ter razão ao “ênfatar a *especificidade* da prática científica, sua autonomia em relação à estrutura social, às condições históricas”, o erro de Althusser “é o de *absolutizar* esta autonomia, transformando-a em uma *independência*, uma separação, um divórcio quase total” (LÖWY, 2013, p.221, grifo no original).

Cabe destacar, ainda, as críticas do pós-modernismo ao marxismo, o que pode ser exemplificado com a análise de Santos (2002). Ao considerar uma transição paradigmática, epistemológica e societal, do paradigma dominante da ciência moderna para o paradigma emergente de um conhecimento prudente para uma vida decente, o intelectual português tece uma “crítica da ortodoxia conceptual que, em grande parte, é partilhada pelo liberalismo clássico e pelo marxismo” (SANTOS, 2002, p.264). Diante da ênfase dessa ortodoxia na determinação estrutural sob a lógica da configuração base/superestrutura, o autor argumenta que os espaços estruturais se constituem como “entidades relacionais complexas” (SANTOS, 2002, p.325), com destaque para as constelações de poder, de direito e de conhecimento.

No entanto, cabe asseverar que tal lógica mecanicista da configuração base/superestrutura está imbricada, na verdade, com as apropriações enviesadas de um “marxismo vulgar”. É nessa direção que Antonio Gramsci, Edward Palmer Thompson e Raymond Williams teceram críticas ao que denominam, respectivamente, de materialismo economicista, marxismo idealista e materialismo mecânico, contribuindo para a recuperação da historicidade do materialismo histórico no século XX (MARTINS; NEVES, 2013).

As formulações de Gramsci sobre cultura e política contribuíram “para a construção do materialismo humanista de Thompson e para o materialismo cultural de Williams”, cujos “elementos de reflexão sobre a natureza indissociável da relação entre objetividade e subjetividade e entre o material e o espiritual” constituem “argumentos para que se possa fazer a crítica às ideias, tão em voga na atualidade, que sinalizam para a autonomia do simbólico frente ao conjunto das relações sociais” (MARTINS; NEVES, 2013, p.356).

Gramsci (2013, p.251) contribui com o entendimento de que estrutura e superestrutura formam um bloco histórico, havendo entre elas uma “necessária reciprocidade”, o que significa conceber a sociedade como um todo orgânico compreendendo a unidade entre o conteúdo econômico-social e a forma ético-política.

Williams (2011, p.43), por sua vez, critica as apropriações da teoria marxista que consideram “a proposição de uma base determinante e de uma estrutura determinada”, tendo em vista “seu elemento figurativo” e “sua sugestão de uma relação social fixa e definida”. Contrapondo-se a tal perspectiva prefigurada e estática, o autor reafirma “a proposição de que o ser social determina a consciência” (WILLIAMS, 2011, p.43), ressaltando que, ao utilizar a palavra “determinar”, Marx revela compreender a noção “de fixar limites e exercer pressões” (WILLIAMS, 2011, p.44), pois

Ele está se opondo a uma ideologia que insistia no poder de certas forças fora do homem, ou, em sua versão secular, em uma consciência determinante abstrata. A própria

proposição de Marx explicitamente nega isso e coloca a origem da determinação nas próprias atividades dos homens. (WILLIAMS, 2011, p.44)

Thompson (2001, p.278) também traz uma contribuição importante nesse sentido, tecendo uma crítica ao “exame da classe segundo as categorias de ‘base’ e ‘superestrutura’”, bem como ao conceito de “falsa consciência”:

Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é “algo” ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica [...] dizer que uma classe em seu conjunto tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido. (THOMPSON, 2001, p.279)

Compreende-se, assim, que a classe é uma categoria histórica que “deriva de processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 2001, p.270), sendo que “não podemos falar de classe sem que as pessoas [...] entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes” (THOMPSON, 2001, p.275). Ou seja,

[...] A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2001, p.277, grifo no original)

Diante dessas importantes críticas, considerando a produção do conhecimento fundamentada no materialismo histórico e o desafio de superação dialética das influências economicistas e positivistas de um “marxismo vulgar”, cabe ressaltar que “a obra marxiana não pode ser identificada sumariamente ao que, a partir do último quartel do século XIX, começou a consolidar-se como *marxismo*”² (NETTO, 2015, p.5), pois

[...] a constituição do marxismo deu-se num tenso processo, iniciado nos últimos anos de vida de Marx e testemunhado por Engels, que culminou, ao fim do primeiro terço do século XX, na concepção que – gestada já no “marxismo da Segunda Internacional” – foi modificada e consagrada pela Terceira Internacional: o *marxismo-leninismo*. [...] Com forte contaminação positivista (como já o era o marxismo da Segunda Internacional) e, bem posteriormente, neopositivista, esse marxismo-leninismo, construído pela Terceira Internacional stalinizada e facilmente manualizável, acabou por se impor, durante décadas, por meios persuasivos e/ou coercitivos, como a “justa” expressão das ideias de Marx – e ainda hoje lastreia, ademais de certa publicidade marxista, boa parte da polêmica conduzida por seus adversários: afinal, se a isto se reduz o essencial do pensamento de Marx, nada é mais simples que desconstruí-lo, pondo a nu as suas óbvias debilidades. (NETTO, 2015, p.6-7)

Contudo, a difusão generalizada desse marxismo-leninismo “não esgotou, evidentemente, o legado de Marx no século XX” (NETTO, 2015, p.7):

se tal marxismo vulgar foi a face mais visível da herança de Marx, no seu contraponto se gestaram correntes e tendências a ele críticas e opositivas. [...] o marxismo-leninismo, se engessou a elaboração de parte significativa do pensamento que se reclamava legatário de Marx, não impediu que fora das suas fronteiras a teorização embasada na fonte marxiana avançasse de modo fecundo. (NETTO, 2015, p.7-8)

É nessa direção que Netto (2015, p.10-11, grifo no original) tece uma importante crítica ao que denomina de “epistemologismo”, explicitando que “a riqueza do universo categorial marxiano está hipotecada ao *método* de Marx, método *fundado ontologicamente*”, sendo que quando “tal fundamento

ontológico é obscurecido, tergiversado ou simplesmente negado, as questões metodológicas tendem a ser inscritas no quadro de uma epistemologia autonomizada que retira do método de Marx a sua essência *revolucionária*”.

Verifica-se, portanto, a importância de apreender como a perspectiva epistemológica do materialismo histórico está imbricada com a dimensão ontológica do ser social.

Sendo o materialismo histórico o método da economia política que reproduz a realidade no plano teórico tal como ela se constitui em sua concreticidade, compreende-se, conforme explicita Netto (2011), a fidelidade de Marx ao objeto:

[...] é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. (NETTO, 2011, p.53, grifo no original)

Portanto, “a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza *ontológica* e não epistemológica”, pois “seu interesse não incidia sobre um abstrato ‘como conhecer’, mas sobre ‘como conhecer um objeto real e determinado’” (NETTO, 2011, p.27, grifo no original). O objeto de Marx era a sociedade burguesa em sua estrutura e dinâmica como “um sistema de relações construído pelos homens”, sendo “que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade”, mas sim “uma relação em que o sujeito está implicado no objeto” (NETTO, 2011, p.23)

A teoria de Marx está fundamentada em uma crítica negativa do trabalho no capitalismo, que é “uma autorreflexão da humanidade sobre sua própria realidade, sobre seu caráter processual – porque autoconstruído –, sobre as possibilidades sempre existentes de outros futuros e, portanto, sobre as alternativas abertas à subjetividade”, constituindo uma crítica ontológica “a um mundo que se apresenta perene, sem história” (DUAYER, 2011, p.99).

Tal crítica ontológica exige, portanto, compreender a dupla dimensão do trabalho: por um lado, em seu sentido ontológico-social, como uma atividade humana dirigida a um fim para a produção da vida; por outro, em seu sentido histórico, como trabalho assalariado, alienado e fetichizado apropriado pela sociedade capitalista.

No que se refere à dimensão ontológica, cabe compreender que

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. [...] (MARX, 2013, p.255-256).

Em relação à dimensão histórica no âmbito do modo de produção capitalista, cabe destacar que, com o advento da divisão social do trabalho, “o trabalho tornou-se, ao mesmo tempo, meio de criação e forma de expropriação da vida”, pois o “homem incorpora à sua capacidade de força criativa a nova

dimensão de ‘potência estranhada’, alienando-se na condição de força produtiva da riqueza material e simbólica dos expropriadores” (MARTINS e NEVES, 2015, p.25); ou seja, a autocriação humana passou a se realizar “no âmbito de relações sociais em que, ao dividir-se o trabalho, divide-se o homem” (MARTINS ; NEVES, 2015, p.26):

Em decorrência dessa nova configuração histórica, o trabalho passa a se constituir concomitantemente em atividade produtora de bens materiais e simbólicos que satisfazem as necessidades humanas, quer provenham do estômago, quer da fantasia, ao mesmo tempo em que se constitui em veículo de valorização do capital [...]. (MARTINS e NEVES, 2015, p.26)

Analisando a dinâmica da sociedade capitalista, Marx (2013, p.147) evidencia o caráter fetichista do produto do trabalho quando assume a forma mercadoria: “É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. Nesse processo de relações reificadas entre pessoas e de relações sociais entre coisas, o caráter oculto do fetichismo da mercadoria se manifesta através da “cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor” (MARX, 2013, p.148).

Haja vista a produção social da existência como o primeiro pressuposto de toda a existência humana, sendo que “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (MARX ; ENGELS, 2007, p.32-33), cabe reafirmar a compreensão de que é a vida que determina a consciência, o que exige considerar o entrelaçamento entre a produção das ideias e a atividade material partindo de indivíduos reais através de premissas reais (MARX ; ENGELS, 2007, p.94).

Nesse sentido, é importante frisar, conforme indicação teórico-metodológica de Ciavatta (2015), que “essa produção não se esgota na simples materialidade das coisas”:

Trata-se, também, do aparecimento da consciência, da forma de manifestar a vida, de como é produzida e do intercâmbio dos indivíduos entre si. O que significa que os homens produzem em sociedade, não produzem apenas bens materiais, mas também, ideias, representações, cultura, conhecimento, ciência, o que, em seus termos inovadores, significa a produção social da existência. (CIAVATTA, 2015, p.59)

Ressalta-se, portanto, a compreensão da totalidade social como “um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais” (CIAVATTA, 2015, p.57).

Para desconstruir as críticas que imputam a Marx a perspectiva economicista ou a origem de um determinismo com base no econômico, cabe evidenciar que

A determinação, em Marx, não é redutora e, portanto, não repousa sobre um econômico entificado. Não remete a nenhum elemento externo aos seres sociais, como uma ‘economia’ e, menos ainda, a uma natureza reificada como elemento agressivo e internalizado. Ao contrário, repousa sobre o que nos constitui como seres sociais e singulares e, portanto, assinala a urgência de nos defrontar coletivamente contra uma forma social que pretende bloquear nossa historicidade constitutiva. (FONTES, 2009, p.226)

Nessa direção, considerando que a superação da dicotomia entre objetividade e subjetividade exige trabalhá-las “como contradições vivas, em processo e não como formas duais cristalizadas” (FONTES, 2009, p.210), compreende-se os limites tanto do determinismo econômico como das perspectivas pós-modernistas:

Se o determinismo econômico, através da fórmula popular ‘não há alternativa’, foi brandido nas últimas décadas de forma explícita, até mesmo espantosa, considerando-se a lógica capitalista dominante há vários séculos, o solo no qual se implanta é o mesmo de onde brota o amplo espectro quase esquizofrênico dos pós-modernismos, uma vez que estes se apresentam como o seu aspecto complementar, como o ‘tudo é possível’.

Ora, das contradições efetivas da vida social contemporânea, dada a generalização do predomínio mundial do capital sob forma monetária e das expropriações que impõe, emergem inúmeras reivindicações e solicitações, impulsionadas por urgências variadas. [...] Expressam, pois, formas de consciência – e não apenas ‘identidades’, embora as abarquem – fundamentais, não redutíveis umas às outras e raramente excludentes. (FONTES, 2009, p.213-214)

Diante da dupla dimensão do trabalho, a “espécie humana, social e histórica” se caracteriza por ser “permanentemente plástica, histórica, alterando-se com as transformações que provoca e incorpora” (FONTES, 2009, p.223).

Estamos diante de uma espécie cuja reprodução singular, ou seja, a preservação de cada singularidade biológica, somente pode assegurar-se como parte ou parcela da reprodução do conjunto social imediato, o que significa um quadro mais complexo de reprodução e de organização. Para além disso, a atividade humana converte-se em algo mais do que simples reprodução biológica ou coletiva: trata-se de uma reprodução que incorpora as aquisições anteriores e que as modula, podendo reinventar-se, modificar-se ao reproduzir-se. Em outros termos, é um processo que gera singularidades capazes de alterar os procedimentos herdados e de coletividades capazes de experimentar novos procedimentos trazidos pelos seres singulares. Reúne sempre os dois elementos. Em outros termos, uma coletividade cuja existência caracteriza-se pela possibilidade de alterar-se ao longo do tempo, histórica. (FONTES, 2009, p.225)

Os elementos tecidos revelam que as concepções de homem e sociedade no materialismo histórico são indissociáveis da compreensão das relações sociais no movimento histórico da luta de classes, tendo em vista a mediação da prática social de sujeitos singulares e coletivos.

Considerando o movimento histórico das relações sociais capitalistas, em que “o caráter de classe da análise econômica burguesa” busca reduzir e transfigurar as concepções de mundo (FRIGOTTO, 1993, p.64), cabe destacar, em conjunto com a naturalização da “produção historicamente determinada das classes fundamentais” (FRIGOTTO, 1993, p.65), a redução do ser social:

O homem, um devir que se define no conjunto das relações sociais de produção de sua existência, um ser histórico, concreto, ativo [...] é reduzido a uma concepção metafísica do indivíduo com uma natureza humana dada, genérica, a-histórica. A natureza de cada indivíduo, que é apenas um ponto de partida que se constrói pelas relações sociais de produção da existência, num determinado contexto histórico, é tomada como ponto de chegada. (FRIGOTTO, 1993, p.64-65)

Diante disso, o “desafio que nos coloca é o de identificar como a determinação social converte-se em econômico”, o que revela “a importância da compreensão atual das formas econômicas, modalidade específica e totalizadora, sob o capital, da dominação de classes; mas, mais importante ainda, a exigência da plena compreensão da forma específica de ser social” (FONTES, 2009, p.226).

Haja vista a articulação dialética entre produção intelectual e produção material, uma vez que as “ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (MARX; ENGELS, 2005, p. 57), destaca-se a relevância da análise do desenvolvimento capitalista para apreender as metamorfoses na “formação para o trabalho, que, do ponto de vista ontológico-social, confunde-se com a formação do

próprio homem”, tendo em vista as dimensões econômica, política, ética e estética (MARTINS ; NEVES, 2015, p.27).

Considerando que as concepções de homem e sociedade no materialismo histórico são indissociáveis da compreensão das relações sociais no movimento histórico da luta de classes, a análise das mediações do desenvolvimento capitalista com os processos de formação humana constitui uma importante indicação teórico-metodológica para compreender a relação trabalho e educação na sedimentação do projeto educativo hegemônico, identificando as contradições que atravessam a configuração de determinadas formas dos seres sociais, tendo em vista os modos de ser e de viver sedimentados pelas estratégias da classe dominante, bem como tecidos pelas experiências da classe trabalhadora.

As categorias como fios condutores da pesquisa

Com base na centralidade da orientação de natureza ontológica do pensamento marxiano, cujo interesse não incide “sobre um abstrato ‘como conhecer’, mas sobre ‘como conhecer um objeto real e determinado” (NETTO, 2011, p.27), a análise sobre a produção do conhecimento alicerçada no materialismo histórico será adensada com uma síntese das principais categorias mobilizadas na pesquisa em tela, cujo trabalho teórico-empírico se debruçou sobre a realidade concreta que atravessa a atuação da McKinsey no movimento contemporâneo de mundialização da educação básica, com destaque para os vínculos com o organismo empresarial brasileiro TPE e a associação empresarial portuguesa Epis.

Para avançar nessa síntese, cabe apresentar alguns elementos sobre as entidades investigadas (McKinsey, TPE e Epis), exemplificando a materialidade da sua atuação no movimento histórico do capitalismo contemporâneo. Trata-se, contudo, de uma sucinta contextualização, cujo esforço de caráter mais pontual, em que pese não abranger a riqueza e densidade dos dados efetivamente perquiridos, é indispensável para explicitar, mesmo sob os limites do escopo de análise do presente artigo, o vínculo indissociável da produção do conhecimento com a realidade concreta.

Criada na conjuntura estadunidense da década de 1920, a McKinsey é atualmente reconhecida como uma das maiores consultoras estratégicas do mundo, sendo uma das *Big Three*, ao lado das concorrentes *Bain & Company* e *Boston Consulting Group*. A partir do lançamento do seu Setor Social no início do século XXI, a empresa começou a abordar a educação como uma das áreas de serviços comercializados, o que alavancou sua contratação para implementar reformas educacionais, com expressiva projeção mundial. Além disso, desde 2007, a McKinsey divulga sua “expertise” em soluções para a educação básica, de forma mais sistemática, por meio dos seus relatórios sobre sistemas escolares.

O britânico Michael Barber é um “expert” com papel expressivo na consolidação dos serviços e produtos educacionais da McKinsey. Logo após sua atuação na sociedade política do período de governo Tony Blair, como assessor principal do Secretário de Estado da Educação em Padrões Escolares, de 1997 a 2001, e como diretor da *Prime Minister’s Delivery Unit* (PMDU), de 2001 a 2005, Barber ingressou no escritório de Londres da McKinsey, atuando, de 2006 a 2011, como um Sócio Especialista – *Expert Partner* e líder da

Prática de Educação Global – *Global Education Practice*. Em seguida, atuou na *Pearson PLC* – a maior empresa de educação do mundo –, de 2011 a 2017, e fundou a *Delivery Associates*, empresa na qual atua desde 2014.

Na formação social brasileira, o TPE foi oficializado em 2006, tendo surgido a partir de um movimento de líderes empresariais, em 2005, além de ter penetrado as instâncias do Executivo e do Legislativo ao impulsionar a transformação de sua proposição em lei, em 2007, com o Decreto nº 6.094, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o carro-chefe do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), consolidando a cultura de metas como orientação estratégica para a política educacional (MARTINS, 2009a).

Na formação social portuguesa, a Epis foi fundada em 2006, após o apelo de envolvimento de “todos” na educação, lançado pelo então Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, passando a protagonizar a atuação do empresariado nas escolas públicas portuguesas sob a lógica da inclusão social e do sucesso escolar, cuja influência pode ser exemplificada com a atuação de Maria de Lurdes Rodrigues, conselheira da Epis, que foi Ministra da Educação, no período de 2005 a 2009, e atuou diretamente na aprovação do Decreto-Lei nº 75/2008, que dispõe sobre o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (SOUZA, 2014).

Compreende-se, assim, que o conjunto das relações sociais que atravessa a atuação das entidades investigadas (McKinsey, TPE e Epis) está imbricado com o reordenamento mundial das forças burguesas no final do século XX e início do século XXI. Nesse processo, o movimento da mundialização do capital, uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização iniciada na década de 1980 (CHESNAIS, 1996), passou a ser mediado pela dinâmica do capitalismo neoliberal de Terceira Via, um projeto político mundial que foi disseminado como um projeto do centro radical ou da nova esquerda, distinto tanto do neoliberalismo ortodoxo como da velha social-democracia, cujo ideário neoliberal híbrido busca conciliar economia de mercado com justiça social remodelando a sociabilidade capitalista para o século XXI (MARTINS ; NEVES, 2015, p.34).

Diante desses elementos, a principal contribuição da pesquisa foi revelar que, no desenvolvimento desigual e combinado da atual divisão internacional do trabalho, uma insaciável e avassaladora indústria especializada em assuntos educacionais impulsiona um processo de “mercantilização via consultocracia em rede”, o que é alimentado pela já consolidada atuação hegemônica dos intelectuais orgânicos, singulares e coletivos, que se articulam ao bloco no poder e à direita para o social das diferentes formações sociais no movimento da mundialização da educação, cimentando forças para a classe dominante dirigir e implementar, mundialmente, a reforma empresarial da educação básica por meio de redes socioeconômicas e políticas tecidas concatenadamente (SOUZA, 2019).

A formulação do constructo “mercantilização via consultocracia em rede” é resultado de um percurso de investigação que seguiu a indicação teórico-metodológica de Kuenzer (1998) de trabalhar as categorias como fios condutores da investigação, da análise e da exposição, por meio de um procedimento metodológico rigoroso e científico que contribui com critérios para selecionar e organizar a teoria e os fatos investigados.

Com base nas categorias do método do materialismo histórico, buscou-se apreender a atuação da McKinsey na educação básica em suas múltiplas dimensões, em sua forma específica e singular, considerando sua articulação na totalidade, as contradições e mediações envolvidas e o processo de mudanças em curso no tempo histórico nas formações sociais capitalistas.

Compreendendo a relação trabalho e educação no contexto de múltiplas relações sociais, Ciavatta (2001, p.130) ressalta a necessidade da reconstrução histórica através de um “processo complexo de ir das determinações mais gerais do trabalho e da educação à singularidade dos fatos empíricos e, destes, voltar ao geral, apreendendo-os nas suas mediações específicas, na sua particularidade histórica”.

Nessa direção, os vínculos da McKinsey com intelectuais orgânicos da mundialização da educação básica na dinâmica da sociedade capitalista foram analisados a partir de uma contextualização histórica que considerou a totalidade social como um conjunto de relações sociais tecidas através da produção social da existência de sujeitos concretos, o que significa apreender a lógica da reconstrução histórica na perspectiva da história como processo vivido, objeto e método do conhecimento (CIAVATTA, 2001, p.132).

No que se refere à categoria da mediação, cabe não confundi-la com variável. Isso exige compreender que “cada mediação, por ser realidade objetiva, se constitui em nova totalidade e esta, por sua vez, pode se constituir em mediação de outro nível de totalidade” (CIAVATTA, 2001, p.142).

Sob a inspiração dessa indicação teórico-metodológica, definiu-se como uma primeira totalidade da pesquisa o processo de *mercantilização da educação básica via consultocracia em rede*, cuja mediação é a atuação da McKinsey. Diante das particularidades de cada formação social concreta investigada (Brasil e Portugal), compreender as repercussões desse processo exigiu considerar mais duas totalidades: (1) as *políticas de parceria na educação básica brasileira* e (2) as *políticas de parceria na educação básica portuguesa*, cujas mediações são as práticas difundidas pelo TPE e pela Epis.

Tendo em vista a análise das contradições que constituem uma totalidade histórica (CIAVATTA, 2001, p.145), a pesquisa também buscou apreender as estratégias que atravessam o *modus operandi* da McKinsey, em âmbito mais geral, evidenciando os interesses da classe dominante em assegurar a dominação burguesa e reafirmar determinados valores, comportamentos e práticas que expressam as contradições entre capital e trabalho.

Além das categorias de método do materialismo histórico, a pesquisa se baseou em categorias de conteúdo que contribuem com ferramentas de análise para a compreensão específica do recorte empírico da pesquisa.

O conceito gramsciano de intelectual orgânico foi fundamental para apreender o *modus operandi* da McKinsey no conjunto das relações sociais, tendo em vista o complexo processo hegemônico que busca subordinar moral e intelectualmente toda a sociedade por meio da atuação orgânica de intelectuais difusores e organizadores das concepções de mundo que expressam os modos de pensar, agir e sentir que asseguram a dominação de classe na realidade concreta.

Segundo Gramsci (2000, p.21), os intelectuais orgânicos criam e difundem certa cultura exercendo tarefas diferenciadas por graus – os criadores das várias ciências, da filosofia e da arte no mais alto grau e

“os modestos ‘administradores’ e divulgadores da riqueza já existente, tradicional, acumulada” no mais baixo grau. Ou seja, os intelectuais são todos aqueles que exercem “funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo”, correspondendo “aos suboficiais e oficiais subalternos no Exército e também, em parte, aos oficiais superiores de origem subalterna” (GRAMSCI, 2014, p.93).

Já as contribuições de outros autores marxistas sobre os processos de mercantilização, mundialização e reforma empresarial da educação foram fundamentais para apreender os interesses da McKinsey no âmbito específico da educação básica.

No que se refere à mercantilização da educação, cabe destacar a análise de Rodrigues (2007) sobre a dupla face mercantil da educação, caracterizada, por um lado, pelos interesses na educação-mercadoria (venda de serviços educacionais) e, por outro, pelos interesses na mercadoria-educação (educação e conhecimento como insumos para produção de outras mercadorias); bem como a análise de Neves e Pronko (2008) sobre a dupla lógica de mercado que configura tanto a consolidação do “mercado do conhecimento” como o aprofundamento do “conhecimento para o mercado”.

Em relação ao movimento contemporâneo da mundialização da educação, além da análise de Melo (2003) sobre a incorporação hegemônica das orientações dos organismos internacionais em reformas educacionais alicerçadas no projeto neoliberal, cabe destacar a análise de Shiroma (2012) sobre a legitimação de diretrizes internacionais no chão da escola por meio da ação política de redes sociais, sob o protagonismo de empresários no entrelaçamento de organizações públicas e privadas de níveis internacionais e nacionais; bem como a análise de Robertson (2012) sobre a privatização neoliberal da educação por meio de parcerias público-privadas, sob o protagonismo de redes de empresários e especialistas em educação, com destaque para a configuração de serviços globalizados e de práticas de consultocracia.

Sobre o movimento de reforma empresarial da educação, cabe destacar as análises de Ravitch (2011) e Freitas (2012) sobre uma coalizão hegemônica constituída por reformadores corporativos/empresariais da educação, evidenciando os interesses mercadológicos em (con)formar a escola pública à imagem e semelhança da cultura empresarial; bem como a análise de Foster (2013) sobre um movimento conservador pela reforma da educação pública, explicitando a perversidade de uma lógica privatizante que intensifica a “canibalização” do Estado por interesses privados.

Por fim, tendo em vista, mais especificamente, as mediações da McKinsey com as políticas de parceria do TPE (Brasil) e da Epis (Portugal), cabe destacar, ainda, a centralidade da contribuição de Martins (2009b) sobre a configuração de uma direita para o social no mundo contemporâneo, evidenciando como a ideologia da responsabilidade social está atravessada por estratégias da classe empresarial para consolidar um novo padrão de sociabilidade, sob uma suposta conciliação entre mercado e justiça social, em convergência com os princípios norteadores do projeto neoliberal de Terceira Via.

Portanto, as formulações supracitadas, enquanto importantes ferramentas de análise, direcionaram a pesquisa no sentido de apreender a configuração de estratégias mundialmente hegemônicas que estão imbricadas com um projeto de educação básica que constitui e é constituído pelo projeto político

da classe dominante, cuja elaboração e difusão expressam o movimento histórico de sujeitos singulares e coletivos na luta de classes.

Nessa direção, a pesquisa evidencia uma subsunção da educação básica aos interesses burgueses sob novas dimensões, o que intensifica a transmutação da educação como nicho de mercado a ser explorado pela burguesia de serviços, principalmente pelo empresariado de consultoria que materializa seus interesses a partir de um duplo movimento: produzindo formulações político-ideológicas que buscam incitar o caos para criar demanda para a venda de soluções educacionais chanceladas pela expertise gerencialista; e produzindo tecnologias que incorporam tais formulações em pacotes de soluções educacionais a serem vendidos pelos “expertos” do mercado do conhecimento (SOUZA, 2019).

Considerações finais

O conjunto das análises tecidas contribui para a compreensão do materialismo histórico como uma perspectiva ontológico-epistemológica que exige considerar a relação entre sujeito e objeto de forma indissociável, consolidando uma superação dialética que desconstrói tanto a perspectiva de um objetivismo cego, que reproduz o princípio do barão de Münchhausen, como a perspectiva de um subjetivismo apaixonado, que reproduz o princípio da carruagem. Tal superação exige, portanto, a compreensão do movimento dialético que imbrica subjetividade e objetividade; particularidade e totalidade; singularidade e universalidade; individualidade e coletividade.

Com base nessa perspectiva ontológico-epistemológica, o trabalho com categorias de análise como fios condutores da pesquisa viabilizou caminhos teórico-metodológicos capazes de revelar que o mercado mundial de políticas, serviços e produtos para a educação básica, no bojo do movimento histórico do capitalismo neoliberal de Terceira Via, configura um processo de “mercantilização via consultocracia em rede”, evidenciando tanto a articulação hegemônica como as disputas das diferentes frações burguesas para explorar a educação básica como nicho de mercado.

Diante das tendências mundiais de duros ataques a direitos sociais já conquistados, sob a inspiração em Carlo Ginzburg, compreende-se que é premente o aprofundamento teórico-empírico em busca dos fragmentos perdidos para desvelar a mutilação histórica sobre a contra-hegemonia exercida pela classe trabalhadora, principalmente em tempos sombrios de intensificação de relações sociais assoladas pelos interesses burgueses de mercantilização.

Referências

- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001, pp.130-155.

ClAVATTA, Maria.. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

DuAYER, Mario. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. **Margem Esquerda**, São Paulo, n° 17, nov. 2011, pp.88-99.

FONTES, Virgínia. Determinação, história e materialidade. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, vol. 7, n° 2, jul./out. 2009, pp. 209-229.

FOSTER, John Bellamy. Educação e a crise estrutural do capital: o caso dos Estados Unidos. Tradução de Cláudio Garcia Araújo. **Perspectiva**, Florianópolis, vol. 31, n° 1, jan./abr. 2013, pp. 85-136.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 14, n° 40, jan./abr. 2009. pp. 168-194.

FREITAS, Luiz Carlos de. “Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação.” **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 33, n° 119, abr./jun. 2012, pp. 379-404.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.** Tradução: Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Vol. 5. O risorgimento. Notas sobre história da Itália. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 55-75.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTINS, André Silva. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, vol. 4, n° 1, jan./jun. 2009a, pp.21-28.

MARTINS, André Silva **A direita para o social: a educação para a sociabilidade no Brasil contemporâneo.** Juiz de Fora: UFJF, 2009b.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Educação básica: tragédia anunciada?** São Paulo: Xamã, 2015.

MARTINS, Angela Maria Souza; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Materialismo histórico, cultura e educação: Gramsci, Thompson e Williams. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n° 51, jun. 2013, pp. 341-359.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Tradução de Álvaro Pina. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação**: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela. 2003. Orientador: Nilson Joseph Demange. 244 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2003.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Breve nota à interlocução entre pensadores da educação e Marx**. In: Reunião Nacional da ANPED, 37, 2015, Florianópolis. Trabalho Encomendado GT09 – Trabalho e Educação. Florianópolis: UFSC, 2015, pp. 1-31.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley ; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. Tradução de Jeffrey Hoff. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro vol. 17, nº 50, maio/ago. 2012, pp. 283-302.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a Educação Superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume 1. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SHIROMA, Eneida Oto. Ações em rede na educação: contribuição dos estudos do trabalho para a análise de redes sociais. In: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima e RODRIGUES, Doriedson S. (orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea Editora, 2012, pp. 89-113.

SOUZA, Camila Azevedo. **Responsabilidade social na educação**: Brasil e Portugal na divisão internacional do trabalho. 2014. Orientadora: Sonia Maria Rummert. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2014.

SOUZA, Camila Azevedo. **Educação básica em disputa**: o jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento no século XXI. 2019. Orientadora: Sonia Maria Rummert. 383 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização de Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Notas

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Educacionais (GTEPE), vinculado ao Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e do Grupo de Pesquisa Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJATRAB), vinculado ao Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação da UFF. Plataforma Lattes <http://lattes.cnpq.br/3814580293703568>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2971-7681>. E-mail: camilaazevedosouza@yahoo.com.br.

² Essa análise de Netto (2015) está fundamentada na distinção entre a teoria marxiana (pensamento e obra de Marx) e a tradição marxista (acúmulo teórico e ideológico derivado da teoria marxiana).

Recebido em: 15 de março de 2021

Aprovado em: 13 de abril de 2021